



# A ECONOMIA SOCIAL COMO GALÁXIA MOVIDA POR ENERGIAS VIRTUOSAS

RUI NAMORADO

Professor Jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

1. Introdução
2. A economia social como galáxia
3. As energias virtuosas da economia social
4. Valores e princípios da economia social
5. Conclusão

## 1.

### INTRODUÇÃO

1.1. A economia social exprime a consideração autónoma de um espaço socioeconómico exterior à esfera pública e alheio, em última instância, à lógica capitalista do lucro. Há outras expressões que refletem outros olhares sobre o mesmo espaço. Mas esta tem especial força em alguns países europeus entre os quais Portugal e projeta-se com relevância na União Europeia.

Sem fugir a uma identidade genérica comum, a economia social, refletindo diferentes trajetórias históricas nacionais, tem rostos variáveis de país para país. Isso não impede que seja possível e útil analisar e valorizar essa identidade como realidade global, cuja lógica se procure compreender.

Estamos perante um espaço dinâmico ainda em gestação que dispõe de amplas virtualidades de amadurecimento e irradiação. A sua afirmação dependeu principalmente do envolvimento nesse processo de entidades que hoje o integram, mas não deixou de ser marcada pelas diversas estratégias e políticas públicas de resposta ao que no contexto capitalista se encarou como sendo a questão social. Isto sem esquecer a ressonância das problemáticas teóricas e doutrinárias que a foram moldando como objeto de conhecimento, bem como a sua interação e a osmose programática com

as lutas emancipatórias de afirmação humanista, através das quais as suas vítimas resistiram à predação capitalista.

1.2. A economia social começou assim por ser *uma realidade em si* sem consciência de si própria, ocorrendo a sua evolução pelas dinâmicas autónomas das suas diversas componentes que não se reconheciam entre si como partes de um mesmo todo. Quando a sua maturidade tornou possível a sua institucionalização, gerando um espaço social que se reconhecia a si próprio como tal, sendo também socio politicamente legitimado, tornou-se objetivamente possível uma perspectiva que a encarasse globalmente. E assim se tornou mais fácil detetar interações e conjugações no seu interior, bem como revisitar as histórias das suas componentes conjugando-as, à luz duma pertença, que antes não tinha relevo, a um espaço que as transcende. É pois natural que se relacionem as várias energias que dão vida à economia social, sublinhando as suas semelhanças e as suas complementaridades, bem como valorizando as suas raízes comuns e as suas diferenciações.

E todas elas, se virmos bem, ao longo da história, desempenharam um papel de relevo na viabilização e na construção social da espécie humana, rumo a uma afirmação civilizacional e cultural dignificante e libertadora, ainda que sujeita à aleatoriedade de bloqueios e retrocessos. Essas energias foram o tecido conjuntivo e a seiva que viabilizaram o emergir das sociedades humanas, foram o seu modo de ser. Alimentaram a sua evolução, projetando-se em múltiplas materializações que as foram concretizando diferenciadamente ao longo da História e dos circunstancialismos territoriais e culturais.

Mas todas essas energias estruturantes da ação coletiva, potenciando as dinâmicas sociais, foram tanto mais fecundas e qualificantes quanto menos tolheram a afirmação e o amadurecimento da individualidade de cada ser humano como protagonista autónomo, mas nunca isolado, do processo histórico.

E cada uma das grandes tipologias estruturantes da ação colectiva, que aqui se pretendem destacar, congregou naturalmente materializações diferenciadas, traduzidas em energias específicas, definidoras do modo de ser concreto de cada entidade ou organização; e, em última instância, de cada protagonista.

A integração das energias constitutivas da economia social no processo histórico, como forças e lógicas indutoras de humanidade, torna evidente que elas não são apenas fruto de circunstancialismos históricos, ainda que relevantes, nem de imaginações sociopolíticas, ainda que

brilhantes. Isso não implica a irrelevância desses circunstancialismos nem dessas imaginações teóricas e doutrinárias, reflexos da intensidade com que foram impregnadas pelas práticas sociais correspondentes.

1.3. A diferenciação entre os seres vivos indutora da Humanidade percorreu a sua etapa final a partir da ação coletiva dos seres humanos. Foi ela que permitiu a sobrevivência da espécie. É nela que se radica a vida social, o despontar da cultura e a emergência da civilização. Superada a etapa da sobrevivência, as diferenciações entre humanos foram-se intensificando e estabilizando, permitindo a cristalização de hierarquias indutoras de relações de poder e de relações de exploração. O processo gerador deste tipo de sociedades traduziu-se no robustecimento de hierarquias e desigualdades. Desigualdades na distribuição das riquezas e dos poderes, necessariamente conjugáveis, cada uma das quais potenciando a outra.

A associação e a cooperação livres entre iguais, a solidariedade recíproca comunitariamente radicada, foram perdendo espaço, foram ficando subalternas, perante a lógica impositiva das sociedades de exploração que se foi tornando dominante. O tecido social foi refletindo modos sucessivamente distintos de as sociedades de exploração se reproduzirem ao longo da história. As suas características próprias, a sua lógica estruturante, foram-se tornando dominantes. No entanto, isso não impediu a sobrevivência subalterna das lógicas e energias em que a humanidade se alicerçou.

Aliás, se olharmos para os princípios ativos predominantes na economia social, valorizando os ímpetus mais marcantes na sua construção, encontramos como os mais relevantes e diferenciados os que refletem a energia cooperativa, a solidária e a recíproca. No entanto, se os examinarmos bem, podemos verificar que as organizações, cujas principais matrizes estruturantes correspondem a essas energias, resultaram em larga medida de processos diferenciadores ocorridos no seio de conjuntos mais amplos. Na verdade, quer as cooperativas, quer as mutualidades refletiram dinâmicas de especialização daquilo que alguns designaram por nebulosa associativa inicial.

Chamemos associativa à energia própria dessa nebulosa. O enorme leque de atividades das associações implicou naturalmente que essa energia associativa assumisse colorações diversas. Esta diversidade induziu vários graus de diferenciação. Os graus de menor diferenciação projetaram-se numa diversidade de tipos de associação enquanto categoria geral; o de maior, na emergência de novos espaços indutores de respostas político-normativas categorialmente autónomas.

Em Portugal, essa autonomia foi mais nítida no caso das cooperativas, ao suscitar um espaço jurídico diferenciado, radicado numa nova categoria jurídica – a cooperativa. Na verdade, a cooperatividade tem uma ressonância jurídico-constitucional própria e é regulada por um Código Cooperativo que se ocupa dela especificamente.

1.4. Ao assumir-se e ao ser reconhecida como uma realidade sociopolítica específica, a economia social adquiriu uma identidade própria. Uma identidade radcada na das suas componentes sem, contudo, as deixar de transcender. A intensidade com que ela genericamente se afirma é um fator do desenvolvimento da economia social o qual dialeticamente a potenciará.

No fundo, trata-se de valorizar, como já se disse, o processo de conversão de uma *economia social em si* numa *economia social para si*. Um processo gerado pelo protagonismo dos diversos tipos de entidades da economia social, pelas políticas públicas que mais diretamente lhes dizem respeito e pela elaboração teórica e doutrinal implicadas no seu estudo. Ou seja, um processo que reflete o modo como a economia social impregna a evolução do capitalismo, intrometendo-se nela como um dos seus aspetos, para uns enquanto fator de equilíbrio, para outros como prenúncio da sua possível superação.

Este amadurecimento da economia social, naturalmente ainda em curso, suscita a valorização da sua lógica de conjunto e reforça a importância de se compreender a natureza e a conjugação dos vários tipos de forças que a impulsionam. Para se pôr em evidência o essencial dessa lógica global e dos principais tipos de energia em que ele se traduz, pode ser útil recorrer-se a uma metáfora descritiva, a metáfora da galáxia.

1.5. A compreensão do sistema de forças cuja conjugação é a dinâmica da economia social é um elemento importante do seu conhecimento. Procurá-la, recorrendo ao uso da metáfora da galáxia, induz a necessidade, ou pelo menos a conveniência, de se identificarem as energias em que essas forças se traduzem.

Tenha-se presente que a economia social é um tecido de ações coletivas diversificadas que são fruto de deliberações individuais tendencialmente livres. São essas ações coletivas que consubstanciam as energias que se procuram. A sua diversidade acompanha a irreduzível especificidade de cada ação concreta. Mas essa heterogeneidade pode ser encarada, organizando-a através da sua divisão em grandes tipos, em função das suas características. Consoante as características que se valorizarem serão desenhados esses tipos.

E assim, a partir da *economia social para si* tal como ela hoje se vê<sup>1</sup>, mergulhando na trajetória histórica das suas principais constelações, podemos agrupar tipologicamente as energias que lhes foram dando vida. Esses tipos de energia estão presentes em todas as constelações, mas em alguns casos podem ser a espinha dorsal da dinâmica de uma delas.

## 2.

### A ECONOMIA SOCIAL COMO GALÁXIA

2.1. Ao encarar-se a economia social no seu todo, surpreendendo a sua dinâmica global, valorizando as pulsões, por vezes contraditórias, que a atravessam, bem como as identidades diferenciadas que nela se manifestam, é um conjunto complexo em movimento que se nos depara. Um conjunto animado por uma lógica própria, que incorpora componentes também relativamente complexas, elas próprias dotadas de lógicas específicas.

Há uma metáfora descritiva, a que há muito tenho vindo a recorrer, que pode ajudar a compreendê-la melhor. Ela conduz-nos a olhar para a economia social como se ela fosse uma galáxia constituída por múltiplas constelações, as quais, por sua vez, se desdobram em tipos diferenciados de entidades os quais incorporam protagonistas dotados de uma individualidade própria. E essas constelações conjugam-se dinamicamente, interagindo entre si, tal como no seio de cada uma delas acontece com as entidades que as compõem.

---

<sup>1</sup> No caso português, é a Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013) que no seu Artigo 4º, diz quais as entidades legalmente reconhecidas como integrando a economia social, ou seja:

- a) *As cooperativas;*
- b) *As associações mutualistas;*
- c) *As misericórdias;*
- d) *As fundações;*
- e) *As instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas alíneas anteriores;*
- f) *As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local;*
- g) *As entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no sector cooperativo e social;*
- h) *Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social previstos no artigo 5.º da presente lei e constem da base de dados da economia social.*

2.2. Para se fazer frutificar todo o potencial clarificador desta metáfora, há que valorizar algumas ideias- força por ela induzidas quanto à economia social.

I. A primeira implica reconhecê-la como um todo cujas partes, no entanto, são claramente distintas entre si. Assim, desde logo se sublinha a complexidade e a heterogeneidade da economia social. Ficamos perante um sistema de constelações, cuja heterogeneidade não impede uma dinâmica global comum. Um sistema cuja complexidade é, precisamente, essa heterogeneidade dinâmica, a qual não deve esmaecer nunca até ao ponto de se anular, nem exacerbar-se até ao ponto de se tornar dissipativa.

II. A segunda faz sobressair a importância que tem na identidade de cada constelação, de cada entidade de base, a consciência de que cada uma delas pertence ao conjunto da economia social. Ou seja, que esse despertar da cada constelação e de cada uma das suas partes para uma consciência de pertença a uma galáxia que as engloba e transcende, integra um lento processo de amadurecimento que vai transformando uma *economia social em si*, numa *economia social para si*.

III. Uma outra ideia-força põe em relevo a intercooperação como elemento qualificante e indutor de uma maior coesão do todo. Na verdade, a intercooperação é um verdadeiro tecido conjuntivo simbólico, não só de toda a galáxia em causa, mas também de cada uma das suas constelações. É um elemento nuclear do respetivo modo de ser.

IV. Uma quarta ideia-força leva-nos a imbricar, na importância da integração na economia social das constelações que a constituem, o pleno respeito pela identidade histórica de cada uma delas. A integração sem descaracterização é uma condição para o equilíbrio interno da economia social na sua globalidade e um forte obstáculo à sua banalização; à banalização do todo e de cada uma das partes.

V. Por último, há uma ideia-força, em íntima conexão com a anterior, que valoriza a autonomia de cada constelação sem ignorar a sua pertença à galáxia em causa. Pode aliás dizer-se que a autonomia de cada uma das partes é um elemento fulcral para a vida do conjunto.

Estamos, portanto, perante uma autonomia relativa, mas irreduzível, de cada constelação, como parte da galáxia que representa, por um lado, uma unidade de última instância que não apaga a diversidade que lhe é intrínseca, por outro lado. E assim se gera uma complexidade indutora de tensões convertíveis numa energia propulsora que se consubstancia numa lógica própria.

2.3. É assim de um espaço predominantemente organizado que se trata; de um espaço institucional animado por energias cooperativas, solidárias e recíprocas. Para termos dele uma imagem nítida, que o espelhe, usamos uma metáfora que o descreve. Sublinhe-se que a existência de uma dinâmica de conjunto da galáxia torna objetivamente relativas as autonomias parcelares que se afirmam no seu seio. E esse é afinal o modo de ser deste conjunto.

Autonomia e unidade, portanto, conjugam-se. Há assim que valorizar por completo a identidade de cada astro, no seio da sua constelação e de cada uma destas dentro da galáxia, sem se desconsiderar a inserção das partes no todo. Há uma dinâmica global que envolve e é expressa por dinâmicas parcelares, onde se conjugam pulsões dissipativas com pulsões congregadoras, num espaço constituído por um campo de forças centrífugas e centrípetas em interação permanente. A autonomia dos astros e das suas constelações traduz o modo como integram a economia social. O todo é a soma das partes, mas reciprocamente cada uma das partes é impregnada pela lógica, pelos valores e pelos princípios próprios da economia social no seu todo.

2.4. Deve sublinhar-se que a metáfora a que estamos a recorrer permite que se valorizem as dinâmicas contraditórias, as pulsões entre si conflitivas que se fazem sentir na economia social; as quais podem ser fontes de uma energia propulsora. E se isso não pode ser esquecido, deve também estar-se atento ao risco do seu exacerbamento, que pode convertê-las em forças dissipativas.

De facto, estas tensões conflitivas contribuem para evitar a estagnação. Por isso, a não diluição de cada constelação num hipotético tecido uniforme é um fator qualificante da galáxia no seu todo. E ela só é verdadeiramente assegurada pelo protagonismo que cada uma das constelações realmente assume. Poder-se-á dizer que a economia social, na atual conjuntura histórica, não sobreviveria se fosse convertida numa paisagem uniforme, numa natureza morta; ou veria, pelo menos, a sua relevância fortemente diminuída.

2.5. É a identidade própria de cada uma das constelações da economia social que assinala os limites da sua própria autonomia e o modo como esta se materializa. Uma autonomia que não pode ir tão longe que se converta em auto-exclusão.

Cada constelação tem, por seu lado, a sua própria dinâmica fruto da sua especificidade, comportando, em virtude da sua natureza também complexa, feixes mais circunscritos de dinâmicas diferenciadas e mais específicas, num encadeamento de níveis cada vez menos genéricos até à unidade.

2.6. Para concluir, sintetizemos e sublinhemos os aspetos mais relevantes do que acabámos de dizer. A excessiva homogeneização e um apagamento forçado das tensões que sulcam a economia social aumentam o risco de estagnação.

A autonomia das várias entidades nos seus vários níveis, tal como a destacámos, é naturalmente relativa, sendo por isso compatível com a incorporação na unidade que materializa a coesão do todo. Coesão essa animada pela sua diversidade interna. Por isso, a vitalidade do todo é necessariamente tributária das vitalidades das partes, de cada constelação e, no último limite, de cada entidade individualmente considerada.

Deste modo, a metáfora descritiva que encara a economia social como se fosse uma galáxia, com as suas constelações, com os seus sistemas estelares e os seus planetas, permite compreender a conjugação da unidade com a heterogeneidade, a conjugação do movimento do todo com os movimentos parcelares nos seus vários níveis, os conflitos que não implicam fragmentação, as pulsões contraditórias que não atingem a dissipação, a consciência de pertença a uma galáxia que não impede uma consciência de pertença a constelações, a sistemas estelares e a cada um dos astros. Por último, sendo mais fecunda como auxiliar da compreensão da economia social como conjunto de organizações, a metáfora em causa deixa também espaço para nela se incorporarem, como forças e fluxos dispersos, as práticas sociais não ancoradas em organizações que especifica e globalmente lhes correspondam.

### 3.

#### AS ENERGIAS VIRTUOSAS DA ECONOMIA SOCIAL

3.1. Foi a ação coletiva dos seres humanos, como já dissemos, o principal motor da sua sobrevivência e da sua diferenciação como espécie ciente de si própria. A gradual diferenciação no seu seio, no entanto, suscitou a cristalização de hierarquias e poderes indutores de subordinações e domínios que permitiram relações de exploração entre humanos. As dinâmicas associativas livres e as solidariedades comunitárias, em que a humanidade se alicerçou, foram-se tornando subalternas no seio das sociedades de exploração.



As energias em que estas dinâmicas se consubstanciam refletem lógicas de raiz comunitária inerentes ao instinto de sobrevivência coletiva das sociedades humanas. Estão, em graus diversos, presentes nos seus primórdios, antes do predomínio dos modelos sociais inigualitários e hierárquicos, inerentes às sociedades de exploração. Sobreviveram em medidas diferentes e oscilantes no seio destas, como ilhas ou arquipélagos subalternos, ao longo da História. Sob o modo de produção capitalista, o acentuar da hegemonia da lógica deste último aprofundou as diferenças.

3.2. Entre os tipos de energia que mais marcam a especificidade da economia social, contam-se, entre as de maior relevo, a cooperativa, a reciprocitária (ou mutualista) e a solidária. Mas, como vimos, não se pode ignorar uma outra que impulsionou na sua globalidade o fenómeno associativo. Parece apropriado designá-la por energia associativa.

Estamos perante tipos de energia que se conjugam entre si. Mas a energia associativa, correspondendo a um espaço mais amplo e menos diferenciado, pode ser encarada como uma força multidimensional, diversificada ao sabor dos contextos em que funciona e das realidades que suscita. Essa diferenciação pode atingir vários graus, correspondentes a tipos autónomos de protagonismos organizados e até a categorias jurídicas específicas.

Na verdade, essa diferenciação pode traduzir-se em meras adjetivações no seio do fenómeno associativo, em protagonismos historicamente diferenciados, geradoras de normatividades jurídicas autónomas, como é o caso das associações mutualistas. Mas pode ir ainda mais longe, chegando a suscitar categorias jurídicas autónomas, como é o caso das cooperativas.

De facto, as energias cooperativas e as reciprocitárias são tipos autónomos dentro das energias associativas. As primeiras com uma autonomia relativa menos acentuada do que a das segundas. As entidades estruturadas com proeminência da energia solidária podem assumir a forma associativa, embora também possa ser fundacional a sua raiz. Assim, a região associativa do espaço solidário não o ocupa por completo, na medida em que o partilha pelo menos com as fundações.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 82.º da Constituição da República Portuguesa, integram o subsector solidário do sector cooperativo e social: *“os meios de produção possuídos e geridos por pessoas colectivas, sem carácter lucrativo, que tenham como principal objectivo a solidariedade social, designadamente entidades de natureza mutualista.”*

Para além disso, no caso português a economia social tem também raízes numa energia associativa genérica, a qual move em especial as associações que não sendo IPSS cabem no âmbito fixado pela LBES, a qual se diferencia em função dos tipos assumidos por esses tipos de associações.

3.3. Reflitamos um pouco mais sobre os tipos de energia que temos vindo a percorrer.

A energia associativa pode ser encarada como expressão de humanidade, ressonância de uma fraternidade ancorada numa comunhão de horizontes, raiz e condição de sobrevivência da espécie, indutora de progresso. Nesta medida, ela pode ser considerada uma energia comunitária liberta da condição territorial. Na verdade, se virmos nesta última uma sociabilidade primária radicada no território, a energia associativa poderá ser encarada como uma reprodução da sua lógica, mas subordinada a uma comunhão livremente assumida de objetivos, desprovidos ou não de um enraizamento territorial.

Por seu lado, a energia cooperativa pode ser olhada como um tipo de energia associativa resultante de uma evolução conducente a um salto qualitativo. Um salto gerador de uma nova qualidade, radicada num tipo autónomo de energia, indutor de uma categoria diferenciada. Um tipo de energia que envolve a imperatividade de uma entreaajuda permanente entre os seus protagonistas, a qual é assim condição de eficácia e perenidade das organizações cujo princípio ativo dominante é a cooperação produtiva. Pode dizer-se que o facto de as cooperativas serem expressão de uma simbiose entre uma associação e uma empresa impôs objetivamente a transformação da energia associativa numa energia cooperativa. Um tipo de energia vocacionado para dar vida a essa simbiose.

Já a energia reciprocitária, matriz do mutualismo, traduz um grau de diferenciação menor, a partir da nebulosa associativa inicial. Embora semelhante à energia cooperativa, reflete um grau de diferenciação menor; o que aliás é ilustrado pelo facto de as organizações mutualistas serem protagonizadas entre nós por entidades juridicamente qualificadas como associações.

Recorde-se ainda que, em Portugal, as associações mutualistas são abrangidas pelo estatuto de IPSS, o que, não só evidencia a dimensão solidária do mutualismo, mas mostra também como ela é central na sua dinâmica e no seu desenho institucional.

Aliás, também é possível encarar a energia solidária como um amadurecimento da energia comunitária. Resultado de uma linha evolutiva diferente da que gerou a energia associativa pode encarar-se como uma ressonância comunitária subsistente nas sociedades de exploração.

Estes tipos de energia constituem um espaço interativo gerador de sinergias, mas que não deve ser concebido como unidimensional, uma vez que as várias energias se relacionam entre si através de planos diferentes.

3.4. As energias comunitárias, associativas, cooperativas, mutualistas e solidárias dão vida à economia social, ao congregarem-se num feixe que as conjuga. Constituem, de algum modo, o seu tecido conjuntivo. Não um tecido conjuntivo homogéneo, onde todas elas se conjugassem da mesma maneira, refletindo um doseamento idêntico na construção do todo, mas sim um vasto tecido heterogéneo, cuja diversidade reflete a diferenciação dos doseamentos dos vários tipos de energia. Essa heterogeneidade projeta-se na diversidade de constelações no seio da economia social.

Insistindo na metáfora da galáxia, sublinhe-se que nas entidades do sector comunitário consagrado na Constituição Portuguesa prevalece a energia comunitária; nas associações é dominante a energia associativa; nas cooperativas prevalece a cooperação como energia dominante; na constelação solidária, a solidariedade; na constelação mutualista predomina a energia mutualista ou reciprocitária. Foi aliás a existência de áreas com diferentes predomínios dos vários tipos de energia que ajudou a vertebrar a autonomia das diversas constelações.

Estes focos de energia que dão vida à economia social são os princípios ativos que mais fortemente a influenciam, verdadeiros eixos que a estruturam e que impregnam como valores a sua dimensão ética.

Num comentário global sobre estes eixos, sobre estas fontes de energia, pode dizer-se que a reciprocidade é um espaço de articulação entre a cooperação e a solidariedade, dado que em certa medida pode ser encarada como uma forma particular de cooperação; o que não impede que, numa outra perspetiva, também possa ser visto como um tipo de solidariedade. Por outro lado, a cooperação faz sentir-se, principalmente, no modo como os seus protagonistas se conjugam entre si, enquanto a solidariedade se repercute principalmente nos objetivos externos visados por cada organização.

Por outro lado, funciona como atmosfera favorável a uma conjugação interativa o enraizamento histórico de todas elas nas energias comunitárias e associativas, bem como a proximidade assim suscitada; ainda que seja tipologicamente diversificado esse enraizamento.

#### 4.

### VALORES E PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOCIAL

4.1. As energias que animam a economia social e a atmosfera de valores e princípios que a envolvem geram um campo de forças que lhe dá vida. O processo de transformação da *economia social em si* numa *economia social para si* envolve assim uma consciência não só de pertença à galáxia como um todo, mas também da importância destas energias e de um conjunto de princípios e valores que com elas se harmonizam. Desse modo, essas energias são, não só entre si compatíveis e complementares, como harmonizáveis com um conjunto de valores e de princípios que globalmente as guiam

Na verdade, a vida da galáxia em causa traduz-se numa teia de atividades que preenchem o seu quotidiano. Essas ações obedecem a uma ética consubstanciada em certos valores e princípios que impregnam (ou devem impregnar) as opções e os comportamentos dos seus protagonistas. Esse campo de forças condiciona naturalmente quer a normatividade jurídica correspondente, quer as políticas públicas que nele incidem, quer as teorias e doutrinas que procuram compreendê-lo.

4.2. No caso português, a Lei de Bases da Economia Social<sup>3</sup> indica com clareza quais são esses valores e esses princípios<sup>4</sup>. Começa por valorizar a sua natureza autónoma e o facto de ter como objetivo central a prossecução do interesse geral, quer direta quer indiretamente. Assume depois explicitamente um conjunto de princípios orientadores.

Desde logo, consagra o primado das pessoas. Daí resulta que as entidades da economia social não têm como princípio ativo a reprodução do capital já que apenas se servem dele como instrumento. É esse primado que está inscrito no seu código genético. E ele não pode ser entendido sem o conjugar com o primado dos objetivos sociais que explicitamente o acompanha. Na verdade, o primado das pessoas não tem uma conotação egoística. Pelo contrário, está impregnado por uma irreduzível socialidade que lhe dá uma inequívoca dimensão coletiva. Com efeito, na economia social os protagonismos individuais integram sempre subjetividades coletivas organizadas, que afinal, primária e institucionalmente, a corporizam.

---

<sup>3</sup> A Lei n.º 30/2013 (ou Lei de Bases da Economia Social) foi publicada no Diário da República de 6 de junho de 2013.

<sup>4</sup> Veja-se o Artigo 5.º da LBES que identifica os “Princípios orientadores” que são aqui reconhecidos.

De seguida, é afirmada a liberdade e a voluntariedade da adesão às entidades da economia social, bem como da participação nelas. Os protagonistas individuais deste tipo de organizações devem assim relacionar-se com elas com base num permanente exercício de liberdade. Algo que será sempre perturbado por qualquer quebra na autonomia dessas entidades.

O valor da democracia consubstancia-se depois praticamente na consagração do controle democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros. Estamos aqui perante um princípio estruturante que se afirma como valor irremovível. Tem naturalmente uma íntima sinergia com a liberdade e com a voluntariedade, perdendo também ressonância prática se conviver com o esmaecimento da autonomia.

Estatui-se depois a necessidade de uma conciliação entre os vários tipos de interesses em jogo. Por um lado, os interesses dos membros, dos utilizadores ou dos beneficiários, de acordo com o tipo de entidade que esteja em causa; do outro lado, o interesse geral. A valorização desta dicotomia, sublinhando a necessidade de não se deixar esfumar o interesse geral pela consideração absorvente dos outros interesses, não deve apagar o facto de a sua prossecução ser também, em si própria, parte do interesse geral.

Dando uma robustez maior à autonomia estrutural das entidades da economia social, consagra-se a sua gestão autónoma e independente; quer em face de quaisquer entidades públicas, quer de entidades privadas que não integrem economia social. E assim está claramente destacada a importância estrutural e funcional da autonomia no que respeita a estas organizações.

Fixa-se depois uma orientação geral para a distribuição de excedentes, ou seja de resultados positivos de exploração, dum eventual superação das despesas pelas receitas. A regra geral é a de que eles devem ser afetados à prossecução dos fins das entidades da economia social de acordo com o interesse geral.

Mas essa regra reflete uma relativa desconsideração pela especificidade das cooperativas quanto à distribuição dos seus excedentes. Estes dependem das operações ocorridas durante cada período considerado entre cada cooperativa e os seus cooperadores. Não podem por isso ser tratados como remuneração do capital. Por isso, se clarifica o âmbito desse princípio, aludindo-se implicitamente aos excedentes cooperativos, quando se excluem do seu âmbito os casos em que essa exclusão resulte da especificidade da natureza e do substrato de qualquer entidade da economia social constitucionalmente consagrada.

No mesmo preceito em que se fixa o elenco de princípios que acabo de enunciar, consagra-se como um deles o respeito por certos valores. E assim são referidos: a solidariedade, a igualdade com destaque para a não discriminação, a coesão social, a justiça com a valorização da equidade, a transparência, a responsabilidade individual e social partilhada e a subsidiariedade.

4.3. Analisando-se globalmente estes princípios e valores, neles se vê com clareza a ressonância da identidade cooperativa. O processo longo que presidiu à sedimentação desta identidade e o seu carácter plurinacional e multifacetado, bem como a complexidade nela induzida pela sua explícita dimensão empresarial mostram a razão dessa ressonância.<sup>5</sup>

Também se constata que as energias que se comentaram induzem especialmente a obediência a alguns destes princípios e valores, modelando até o modo de ser de alguns tipos de entidades. Em pelo menos dois casos, isso é particularmente notório.

No caso da cooperação, fruto da energia cooperativa, para ela não ser tolhida e poder aspirar a um máximo de fecundidade, não pode deixar de ser livre e voluntária. Não suportará também, sem grave dano, quebras de autonomia; e, concomitantemente, qualquer pressão heterogestionária. E sem democracia, dificilmente este sistema de forças não se desregulará, correndo risco de dissipação. Porém, se funcionar satisfatoriamente traduzirá com naturalidade o primado das pessoas.

No caso da solidariedade, materialização da energia solidária, além de poder ser em si própria encarada como um valor, é especialmente congruente com os valores da igualdade, da coesão social e da justiça. Ganha consistência pela fidelidade aos valores instrumentais da transparência, da partilha de responsabilidades individuais e sociais, bem como da subsidiariedade. Tudo isto favorece e robustece a prossecução de objetivos sociais.

## 5.

### CONCLUSÃO

A transformação social inerente a uma saída do capitalismo naturalmente protagonizada pelas instituições públicas não dispensa uma correspondente dinâmica endógena da sociedade civil. No

---

<sup>5</sup> Para um estudo mais detalhado desta problemática podem ler-se entre outros, de Rui Namorado: *Os princípios cooperativos* (1995), Coimbra, Fora do Texto. e *Cooperatividade e Direito Cooperativo* (2005), Coimbra, Almedina.

seio desta, ocupa lugar central o envolvimento da economia social nesse processo reformista de transição democrática.

A intensidade desse envolvimento oscila naturalmente ao sabor das conjunturas e em função das diferenças históricas entre os vários países e os vários continentes. Globalmente, está ainda numa fase embrionária, manifestando-se em trajetórias diversas.

A própria economia social, mesmo nos casos em que mais amadureceu, está ainda em construção. A sua afirmação como aspeto da estratégia de superação do capitalismo é ainda ténue. Mas é cada vez mais evidente que esta relativa fragilidade, longe de se limitar a ser um problema das entidades da economia social, projeta-se na dinâmica da sociedade no seu todo, contribuindo para a tolher. A afirmação da economia social enquanto tal na sua versão mais recente foi especialmente significativa na União Europeia, com destaque para alguns dos seus membros com especial relevo para a França. No entanto, as suas mais importantes componentes há muito que tinham uma existência autónoma, inserindo-se diferenciadamente no contexto social envolvente.

Globalmente, a imaginação do futuro da economia social incrusta-se na sua construção quotidiana, e projecta-se na necessidade de uma permanente retrospectiva dos trajectos seguidos por cada uma das várias constelações desde o início da respectiva existência, contribuindo para induzir o seu envolvimento crescente no processo histórico e para intensificar a sua ambição utópica.

A sua pluridimensionalidade sincrónica e a sua vocação diacrónica manifestam-se eloquentemente no campo de forças constituído pelas energias que lhe dão vida.

Coimbra, 8 de Março de 2022